Data da reunião ordinária: 22/08/2005

Início da reunião: 14.30 horas

Términus da reunião: 17:45 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Câmara Municipal do Entroncamento presentes na reunião:

Presidente: Jaime Manuel Gonçalves Ramos

Vereadores:

Luis Filipe Mesquita Boavida
Manuel Carlos das Neves da Severina
Henrique dos Reis Leal
António Valente de Almeida

Outras Pessoas:

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Laura Maria Faria Vergamota

Cargo: Chefe de Secção

Faltas justificadas: João José Pescador de Matos Fanha Vieira
António Silvino da Costa Ferreira

Faltas por justificar:

Resumo diário da Tesouraria: 22-08-2005

Operações Orçamentais: 1.604.018,44

Operações não Orçamentais: 31.722,64

LEITURA E APROVAÇÃO DE ACTA

LEITURA E APROVAÇÃO DE ACTA

- Foi presente a acta da reunião de 08 de Agosto de 2005, que depois de lida e corrigida foi aprovada e assinada por todos os presentes.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- Após a aceitação das inscrições do público, nos termos do nº 2, artº 8º do Regimento desta Câmara Municipal, o Exmo. Presidente deu a palavra, no início da reunião, ao seguinte munícipe:

- Sr. Carlos Alberto Pato das Neves, residente na Rua Dr. Costa Machado, 12 – Entroncamento, sobre:

- 1) – Felicita o Sr. Presidente e os dois Vereadores que o acompanharam por mais uma viagem a Cabo Verde;
- 2) – Fornecimento de águas à Quinta das Vendas;
- 3) – Rua Dr. Costa Machado – questiona se tem perfis longitudinais.

- Acerca destas questões, o Exmo. Presidente informou que a acta de 8 do corrente, em cuja reunião o munícipe já tinha colocado estas questões, foi hoje aprovada, pelo que, a partir de amanhã, o munícipe irá receber a resposta dos Serviços.

INFORMAÇÕES

INFORMAÇÕES

- De acordo com o artº 9º do Regimento desta Câmara Municipal, o Exmo. Presidente usou da palavra, para informar o seguinte:

- 1 – EXMO PRESIDENTE

- a) Deu conhecimento de que não se encontram presentes na reunião os Vereadores Srs João Vieira por motivo de férias e António Costa Ferreira por motivos particulares.

- b) Começou por explicar a Viagem a Cabo Verde, na qual foi acompanhado pelos Vereadores Srs. João Vieira e António Valente de Almeida e pelo Técnico Nuno Carda.

- O Exmo Presidente referiu que o nosso Técnico fez uma análise da Biblioteca de Mosteiros, apresentou cumprimentos da Câmara de Mosteiros, da Vereação e do Ministro da Administração Interna de Cabo Verde para a nossa Câmara e informou que no próximo mês chegarão ao Entroncamento dois Bombeiros de Mosteiros para tirarem aqui o curso de maqueiro.

- 2 – VEREADOR SR. HENRIQUE LEAL

- a) - Começou por referir que o munícipe poderia ter sido informado que os assuntos dele vêm hoje à reunião, o que teria talvez evitado a crispação que se verificou.

- O Exmo Presidente informou que está a cumprir a Lei.

- 3 - VEREADOR SR. VALENTE DE ALMEIDA

- a) – Lamentou os comentários infelizes efectuados pelo munícipe no âmbito da viagem a Cabo Verde e faz votos para que a próxima Câmara mantenha as melhores relações de amizade e cooperação que tem vindo a manter com Mosteiros no âmbito da geminação.

- b) – Continuando, o Sr. Vereador referiu-se ao estacionamento desordenado no final da Rua das Gouveias, o que inviabiliza muitas vezes a passagem de camiões e outros veículos.

- O Sr. Vice-Presidente informou que o Código da Estrada prevê estas situações, mas irá analisar a questão.

- 4 - VEREADOR SR. NEVES DA SEVERINA

- Alertou para o facto de em frente à Estação da CP se verificar ultimamente a presença de indivíduos pouco recomendáveis, pelo que talvez fosse conveniente a passagem da PSP pelo local.

- O Exmo Presidente informou que contactará o Sr. Comissário da PSP sobre esta situação

- Pelo Exmo Presidente foram apresentados os desenhos relativos à Rotunda entre linhas, que compreendem as hipóteses A e B.

- A Câmara, “embora este assunto não se encontrasse na Ordem do Dia, concordou com a sua análise”, e deliberou por unanimidade, aceitar a hipótese A.

- O Exmo Presidente informou ainda que começaram hoje as obras da 2ª Fase da Zona Industrial, bem como as obras que foram agora aprovadas pelo Tribunal de Contas, a saber:

- Zona Envolvente do Polidesportivo

- Rede de Ciclovias na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro

- Empréstimo para a Zona Industrial – 2ª Fase

NORMAS E REGULAMENTOS MUNICIPAIS

REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE ORGANIZAÇÃO E ACESSO AO MERCADO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUGUER EM AUTOMÓVEIS LIGEIOS DE PASSAGEIROS

- Na sequência da deliberação de 4 de Julho de 2005, na qual foi deliberado solicitar esclarecimentos acerca do nº 1 e 2 do artigo 20º do “Regulamento Municipal sobre Organização e Acesso ao Mercado de Prestação dos Serviços de Transporte de Aluguer em Automóveis Ligeiros de Passageiros” à Associação Nacional de Municípios Portugueses, atenta a resposta recebida da Direcção Geral de Transportes Terrestres, foi presente da ANMP o ofício nº 1142/2005-SA, datado de 25 de Julho findo, a informar o seguinte:

- “O regime jurídico relativo aos transportes de aluguer em veículos automóveis ligeiros de passageiros – táxis, encontra-se estabelecido do Decreto-Lei nº 251/98, de 11 de Agosto (1). Conforme resulta, declaradamente, do nº 1 do artigo 12º do Decreto-Lei nº 251/98, a Câmara Municipal é competente para licenciar os veículos afectos aos transportes em táxi.

- A licença da Câmara Municipal versa sobre aquilo que podemos denominar o objecto da actividade, o “táxi” tal como vem definido na al. c) do artigo 2º do Decreto-Lei nº 251/98.
- A atribuição de tal licença depende da verificação de determinadas condições que decorrem da lei (10º do Decreto-Lei nº 251/98 e da Portaria nº 277-A/99, de 15 de Abril (2) e, bem assim, do regulamento aprovado pelos Municípios.
- A verificação das condições é da responsabilidade dos serviços da Câmara Municipal, não tendo o Legislador previsto a certificação de quaisquer Entidades para esse efeito.
- (1) Alterado pelo Decreto-Lei nº 156/99, de 14/9, pela Lei nº 106/2001, de 31/8 e pelo Decreto-Lei nº 41/2003, de 11/03.
- (2) Alterada pela Portaria nº 1318/2001, de 29 de Novembro, e, depois pela Portaria nº 1522/2002, de 19 de Dezembro, Portaria nº 2/2004, de 5 de Janeiro e ainda pela Portaria nº 29/2005, de 13 de Janeiro.”
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, cumprir com o que está determinado, dentro das suas possibilidades.

EXPEDIENTE DIVERSO

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO ENTº- CORRENTE DE SOLIDARIEDADE

- Ofício nº 172/A, datado de 9 de Agosto corrente, da Santa Casa da Misericórdia do Entroncamento, a solicitar um donativo de 5 euros, para Regina Vieira Duarte, uma menina de 5 anos, para que possa ser submetida a um transplante de medula.
- Iguamente solicita a não interrupção da corrente de solidariedade, devendo esta autarquia, para o efeito, enviar este ofício em papel timbrado a 20 entidades, anexando a listagem de todos os que já contribuíram.
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, dar conhecimento aos Srs. Vereadores para contribuírem em caso de interesse.

MERCADO SEMANAL

MERCADO SEMANAL – GIL SILVA CORTES - PEDIDO DE TROCA DE LOTE

- Petição de Gil Silva Cortes, residente na Rua Estrada Nacional, 118, Abrantes, a solicitar, de novo, a mudança para o lote nº 92, da Rua B, do Mercado Semanal, dado que se encontra vago e ter sido colocado provisoriamente no lote 158, da Rua B.
- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com o parecer do Vereador da tarefa, deliberou por unanimidade, concordar com o pedido solicitado.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROTOCOLO

PROTOCOLO-REFER-REDE FERROVIÁRIA NACIONAL, EP/CÂMARA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO

- Presente o protocolo, que a seguir se transcreve, a celebrar entre a REFER – Rede Ferroviária Nacional, EP e a Câmara Municipal do Entroncamento.
- A SABER:
  - “1) no âmbito da actividade da REFER,
  - a) a modernização das infra-estruturas e a racionalização do uso dos terrenos do domínio público ferroviário sob sua jurisdição, são dois objectivos estratégicos fundamentais;
  - b) na prossecução destes objectivos torna-se importante requalificar as edificações da estação e adequar as infra-estruturas necessárias às funções que actualmente se consideram indissociáveis de qualquer estação ferroviária, melhorando as condições de atendimento aos passageiros e as condições de interface com o modo de transporte rodoviário individual e colectivo (público ou turístico);

- c) é igualmente de importância primordial requalificar e dinamizar as áreas envolventes das estações, integrando-as no tecido urbano, promovendo uma correcta e harmoniosa convivência entre o caminho de ferro e a cidade;
  - d) os projectos a desenvolver deverão adoptar soluções arquitectónicas, estruturais, de integração urbanística e funcional no tecido urbano existente e projectado, de qualidade intrínseca adequada à importância e à história da ferrovia no desenvolvimento da cidade;
  - e) é absolutamente necessário obter meios financeiros adicionais aos decorrentes da participação pública, nacional e/ou Europeia, para fazer face ao objectivo global de modernização da infra-estrutura ferroviária;
  - f) a obtenção dos meios financeiros adicionais poderá ser conseguida também através da valorização do património imobiliário afecto ao meio ferroviário;
  - g) a situação do Entroncamento é um dos maiores desafios que se colocam no âmbito de todos os objectivos definidos, dada:
    - 4) A REFER através da sua participada INVESFER apresentou em 30 de Maio de 2003 à Câmara Municipal do Entroncamento o MASTERPLAN das Áreas Ferroviárias do Entroncamento, encontrando-se o mesmo em fase de desenvolvimento na REFER e demais empresas do sector ferroviário, visando o respectivo plano de concretização;
    - 5) Entretanto está também em fase de tramitação final o Masterplan do Museu Nacional Ferroviário;
    - 6) A importância de desenvolver em conjunto os planos específicos do Museu Nacional Ferroviário e das Áreas Envolventes sob jurisdição da REFER, numa perspectiva de fechar o plano da malha urbana desta zona, e por forma a garantir a respectiva concretização em conjunta;
- é celebrado o presente “Protocolo de Desenvolvimento e Requalificação Urbanística dos Terrenos Envolventes da Estação do Entroncamento Adjacentes ao Museu Nacional Ferroviário” que se regerá pelos princípios expressos nas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

- 1) A Câmara Municipal do Entroncamento autoriza a REFER a realizar um plano de ordenamento específico que, salvo indicações contrárias, deverá tomar a forma de projecto de loteamento, da área envolvente do Museu Ferroviário definida na Planta que constitui o Anexo I, destacando-a da totalidade das áreas que estão sob sua jurisdição e são objecto de Estudo do MASTERPLAN das áreas Ferroviárias do Entroncamento.
- 2) A REFER compromete-se a apresentar:
  - a) o estudo prévio do projecto de loteamento no prazo de um mês;
  - b) o projecto de loteamento no prazo de três meses;
- 3) Os estudos referidos na alínea anterior deverão respeitar os índices e demais parâmetros urbanísticos constantes do documento referido no considerando d);
  - i) a importância da presença das infra estruturas do caminho de ferro na cidade, em termos qualitativos e quantitativos, com as consequentes repercussões físicas, económicas e sociais,
  - ii) a variedade e multiplicidade de serviços associados à ferrovia,
  - iii) a dispersão de controle destes serviços por diversas empresas do ramo ferroviário;
  - iv) a dimensão das áreas envolvidas;

- v) os laços indissociáveis da cidade do Entroncamento e da história do Caminho de Ferro em Portugal, bem espelhados na própria localização do Museu Nacional Ferroviário,
- 2) no âmbito dos objectivos e da actividade da Câmara Municipal do Entroncamento:
  - a) importa dotar a cidade dos equipamentos adequados à tradição, vivência e à nova realidade de expansão urbana;
  - b) promover e dinamizar a requalificação e renovação urbanística de toda a zona envolvente da estação ferroviária, e de parte dos terrenos do domínio publico ferroviário desafectáveis desta actividade, e que no global representam uma percentagem significativa da área global do concelho;
  - c) promover e dinamizar projectos cuja qualidade urbanística e arquitectónica façam do Entroncamento um exemplo de desenvolvimento urbano, social e económico harmonioso, de qualidade e financeiramente consolidado;
  - d) aproveitar o processo em curso de Revisão do Plano Director Municipal para integrar os interesses do concelho com os interesses do modo ferroviário;
- 3) na perspectiva de que todos os objectivos definidos teriam muito maior grau de convergência e consequentes repercussões na qualidade da solução, eficácia económica e rapidez de implementação, através do aproveitamento das sinergias decorrentes da congregação de esforços, competências e recursos das entidades envolvidas, a REFER e a CME subscreveram em 20 de Julho de 2002 protocolo conjunto com o objectivo de no âmbito do processo de Revisão do Plano Director Municipal, este vir a consignar que em todas as áreas do domínio publico ferroviário desafectáveis da exploração ferroviária venham a ser concretizadas edificações destinadas a habitação, comércio e serviços, de acordo com os índices e parâmetros urbanísticos a fixar;
- 4) sem prejuízo do natural desenvolvimento dos estudos, o Loteamento deverá seguir as linhas de orientação subjacentes ao Estudo Preliminar, que constitui o Anexo II do presente Protocolo.

Cláusula Segunda

- 1) Com base no Estudo Prévio de Loteamento a Câmara Municipal do Entroncamento compromete-se a desenvolver as acções necessárias à sua aprovação, nomeadamente nos seguintes aspectos:
  - a) eventual Processo de Revisão Pontual de PDM por forma a garantir a necessária concretização dos loteamentos;
  - b) parecer das entidades militares, uma vez que os terrenos estão inseridos na segunda zona de servidão militar.

Cláusula Terceira

- 1) A REFER compromete-se a considerar no Projecto de Loteamento um lote para construção da Biblioteca Municipal e a cedê-lo à CME, no âmbito das operações de cedência inerentes;
- 2) De igual forma, e ainda no âmbito das operações de cedência, deverá a REFER estudar a forma e ceder à CME o lote correspondente ao Armazém de Víveres para instalação do Centro da Juventude;
- 3) Compromete-se ainda a REFER a financiar o projecto da Biblioteca Municipal, sendo os respectivos custos deduzidos posteriormente nas taxas urbanísticas.”
  - Por se verificar falta de consenso sobre esta questão, O Exmo Presidente propôs aos Srs. Vereadores que fosse votado se o assunto deveria ou não ser posto à votação, tendo sido aprovado por maioria com 4 votos a favor dos Vereadores Srs Valente de Almeida, Neves da Severina, Vice-Presidente e Exmo. Presidente e um contra do Vereador Sr. Henrique Leal.

- Após aprovada a intenção de voto, o Exmo Presidente colocou o protocolo à votação, tendo a Câmara aprovado o mesmo, por maioria com 4 votos a favor dos Vereadores Srs Valente de Almeida, Neves da Severina, Vice-Presidente e Exmo. Presidente e com um voto contra do Vereador Sr. Henrique Leal, que apresentou a seguinte declaração de voto:

- “O protocolo agora aprovado condiciona a revisão do PDM. Para além das áreas que vão ser afectas à expansão urbana era importante também saber-se o tipo de ocupação preconizado. Ao comprometer-se desta forma a Câmara do Entroncamento perde margem de manobra deixando à REFER a iniciativa de gerir o processo de urbanização dos terrenos libertos da servidão ferroviária.

- Vai ser uma mina ou uma máquina de fazer dinheiro e adensar a betonização bem no centro da nossa cidade.

- Bem pode a REFER dourar a pílula com a promessa de um lote para a biblioteca ou com a eventual oferta do edifício do Armazém de Viveres para se instalar a Casa da Juventude.

- Não se diz uma palavra sobre as cedências para o Museu Ferroviário nem se explicita com clareza o compromisso de preservar e recuperar os bairros ferroviários.

- Assim sendo, considero ambíguo e desnecessário este protocolo.

- O compromisso de integrar a revisão do PDM já estava assumido em sede de revisão e a “cunha” para a libertação da servidão militar não me parece nem pertinente nem adequada.

- Por isso voto contra.”

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

SERVÍCIOS DE IMPOSTOS, LICENÇAS E TAXAS

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

- Da Secção de Impostos, Licenças e Taxas, foi presente a seguinte informação relativa à “Delegação de Competências”:

- “Atenta a deliberação de 26/01/2004 e dando cumprimento ao nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, junto anexo listagens das licenças emitidas por esta Secção de Impostos, Licenças e Taxas, no período de 01/08/2005 a 12/08/2005.

- Nesta conformidade deve o mesmo ser presente em reunião de Câmara, a fim de o Exmo. Presidente dar conhecimento à Câmara.”

- A Câmara tomou conhecimento e rubricou todas as páginas constantes desta listagem, as quais fazem parte integrante da presente acta.

ALT.ORÇ.DESPESA E GOP'S P/ANO ECONÓMICO

ALTERAÇÃO Nº 16 AO ORÇAMENTO DA DESPESA E GOP'S P/ANO ECONÓMICO 2005

- A Câmara aprovou por maioria, a Alteração nº 16 ao Orçamento da Receita, Despesa e GOP'S para o Ano Económico de 2005, totalizando 166.797,15 € (cento e sessenta e seis mil setecentos e noventa e sete euros e quinze cêntimos), a fim de reforçar rubricas insuficientemente dotadas e inseridas no mesmo documento e a qual faz parte integrante da presente acta.

- De notar que, o valor referido inclui a Alteração nº 15 às Grandes Opções do Plano - GOP (PPI).

- Votaram a favor o Vereador Sr. Henrique Leal, Vice-Presidente Luís Boavida e Exmo. Presidente.

- Abstiveram-se os Vereadores Srs. Neves da Severina e Valente de Almeida.

- Os Vereadores Srs. Valente de Almeida e Neves da Severina fizeram a seguinte declaração de voto:

- Assim:
- «O orçamento é um instrumento de Gestão do Executivo Camarário permanente que reflecte as suas opções e escolhas, por isso abstermo-nos.»
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS MUNICIPAIS

RUA DR. COSTA MACHADO – PERFIS TRANSVERSAL E LONGITUDINAL

- Da DOMSU foi presente a seguinte informação relativa à Rua Dr Costa Machado – Perfis Transversal e Longitudinal:
- «No seguimento do E-Mail remetido ao Eng.º Pato das Neves em 02/08/2005 informa-se que o projecto de execução entregue nos Serviços Municipais pelo projectista a quem foi adjudicada a respectiva elaboração, foi objecto de alguns reparos, tendo em reunião com o mesmo sido solicitadas as respectivas rectificações.
- Uma das preocupações para a elaboração do projecto foi a compatibilização do perfil longitudinal do arruamento com as cotas de soleira das edificações já existentes.»
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, enviar a resposta ao munícipe Sr. Pato das Neves.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

REQUALIFICAÇÃO URBANA DA ESTRADA MUNICIPAL 571 E RUA DA SAUDADE

- Da DAUOP foi presente a seguinte informação relativa à “Requalificação Urbana da Estrada Municipal 571 e Rua da Saudade:
- «De acordo com o solicitado por V. Ex^a. relativamente à empreitada em título cumpre-me informar do seguinte:
- O Processo de Concurso foi aprovado pelo Executivo por unanimidade em reunião ordinária realizada em 25 de Outubro de 2004.
- Anexam-se as Medições do mesmo.»
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, enviar esta informação ao munícipe Sr. Pato das Neves.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ESPAÇOS EXTERIORES-ROTUNDA-CRUZAMENTO DA ESTRADA MUNICIPAL 571/ RUA DA SAUDADE/ESTRADA DE ACESSO À EMEF

- Da DOMSU foi presente uma informação a enviar o projecto dos “Espaços Exteriores – Rotunda – Cruzamento da Estrada Municipal 571/Rua da Saudade/Estrada de Acesso à EMEF” para aprovação.
- A Câmara, tudo visto e analisado, e de acordo com a informação da DOMSU, deliberou por unanimidade, aprovar e rubricar o projecto dos “Espaços Exteriores – Rotunda – Cruzamento da Estrada Municipal 571/Rua da Saudade/Estrada de Acesso à EMEF.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

EXECUÇÃO DE ARRANJOS EXTERIORES NA ZONA ENVOLVENTE À PISCINA MUNICIPAL (FASE 1 E FASE 1A)

- Da DOMSU foi presente a seguinte informação:
- «Serve a presente informação para dar conhecimento a Vossa Ex^a., que o PSS (Plano de Segurança e Saúde), apresentado pelo empreiteiro, Construções Aquino & Rodrigues, S.A., da empreitada “Execução de Arranjos Exteriores na Zona Envolverte à Piscina Municipal (Fase 1 e Fase 1A)”, foi analisado pelos Serviços da D.O.M.S.U., sendo estes de parecer favorável.»
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, aprovar o Plano de Segurança e Saúde de acordo com a informação da D.O.M.S.U.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

MINUTA CONTRATO-RECUPERAÇÃO MORADIAS EM BAIRRO SOCIAL- BAIRRO FREDRICO ULRICH – TRABALHOS A MAIS Nº 2 - ARQUITECTURA

- Dos Serviços de Notariado foi presente a seguinte informação relativa à empreitada da “Recuperação de Moradias em Bairro Social – Bairro Frederico Ulrich – Trabalhos a Mais nº 2 - Arquitectura”:

- «De acordo com o art.º 116.º do Decreto-Lei 59/99 de 02/3, e artigo 64º do Decreto-Lei 197/99, de 08/06, e após adjudicação da empreitada mencionada em epígrafe, à Firma “Construtora San José, S.A. (Pontevedra) Representação em Portugal” junto remeto a V. Exª a minuta do contrato para aprovação desta Câmara.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, aprovar a Minuta do Contrato para a empreitada de “Recuperação de Moradias em Bairro Social – Bairro Frederico Ulrich – Trabalhos a Mais nº 2 - Arquitectura”.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

MINUTA CONTRATO-REQUALIFICAÇÃO URBANA DA ZONA ENVOLVENTE AO MERCADO MUNICIPAL – TRABALHOS A MAIS - IMPREVISTOS

- Dos Serviços de Notariado foi presente a seguinte informação relativa à empreitada da “Requalificação Urbana da Zona Envlovente ao Mercado Municipal – Trabalhos a Mais - Imprevistos”:

- «De acordo com o art.º 116.º do Decreto-Lei 59/99 de 02/3, e artigo 64º do Decreto-Lei 197/99, de 08/06, e após adjudicação da empreitada mencionada em epígrafe, à Firma “Construtora San José, S.A. (Pontevedra) Representação em Portugal” junto remeto a V. Exª a minuta do contrato para aprovação desta Câmara.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, aprovar a Minuta do Contrato para a empreitada de “Requalificação Urbana da Zona Envlovente ao Mercado Municipal – Trabalhos a Mais - Imprevistos”.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

AUTO DE VISTORIA

FUTURAS INSTALAÇÕES DA D.A.U.O.P./D.O.M.S.U. ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos a Mais, Situação nº 3 do Contrato Inicial, no valor de 3.834,70 € (três mil oitocentos e trinta e quatro euros e setenta cêntimos), elaborado em 14 de Julho de 2005, referente à empreitada das “Futuras Instalações da D.A.U.O.P./D.O.M.S.U. Alteração e Ampliação de Edifício, adjudicada à Firma Silvério & Melro, S.A.

AUTO DE RECEPÇÃO PROVISÓRIA

REQUALIFICAÇÃO DA ZONA VERDE – ESPAÇOS VERDES

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, homologar o Auto de Recepção Provisória, elaborado a 20 de Junho de 2005, referente à empreitada de “Requalificação da Zona Verde – Espaços Verdes”, adjudicada à Firma Rafflesia – Projectos e Obras de Arquitectura Paisagista, Lda.

OBRAS PARTICULARES

PROCº DE OBRAS Nº 150/00 – E. LECLERC – TRONCADIS, LDA

- Na sequência da deliberação de 4 de Julho de 2005, referente ao processo de obras número 150/05, acerca da ampliação para nascente do Hipermercado E. Leclerc, foi presente o protocolo que abaixo se transcreve a celebrar entre este Município e a Durids – Imobiliária, Lda:

- ASSIM:

- “A) A TRONCADIS explora um estabelecimento de hipermercado, sob a insígnia “E.LECLERC” que, por declaração da Câmara Municipal do Entroncamento emitida em 17/02/2000, foi considerado de interesse público concelhio;

- B) A TRONCADIS sente a necessidade de expandir aquele estabelecimento, a fim de ampliar as áreas destinadas à instalação de pequenos estabelecimentos comerciais complementares, a serem explorados maioritariamente por comerciantes locais, bem como para instalar uma zona de lazer, com diversas salas de cinema e restaurantes;
- C) Para esse efeito, a TRONCADIS (através da sua associada GESTELEC, Lda.) submeteu à aprovação camarária um projecto de ampliação, sob o Processo de Obras nº 150/2000, o qual foi objecto, em 16/02/2004, de deliberação favorável à sua ulterior aprovação, sob condição de os edifícios previstos serem deslocados para o lado nascente;
- D) Os terrenos a nascente do estabelecimento da TRONCADIS deverão, em breve, ser adquiridos pelo MUNICÍPIO, a título de cedências devidas pela aprovação da operação de loteamento a que respeita o Processo de Loteamento nº 4/2003, requerido por F. SILVA & GONÇALVES, Lda. E F. BRANCO – Gestão de Empreendimentos, Lda., no qual se mostra já aprovado o correspondente projecto de loteamento, que identifica as ditas áreas de cedência, decorrendo agora a apreciação dos projectos de obras de urbanização e a discussão pública da operação;
- E) Por deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal do Entroncamento de 04/07/2005, foi decidida a aprovação preliminar da proposta de aquisição dos terrenos mencionados no Considerando anterior, apresentada pela TRONCADIS, bem como o desencadeamento dos procedimentos preparatórios dessa transacção.

- É LIVRE E ESCLARECIDAMENTE CELEBRADO O PRESENTE PROTOCOLO, QUE SE FICARÁ A REGER PELO DISPOSTO NOS ARTºS. 2º, Nº. 1 b) E 5º DO DECRETO-LEI Nº. 794/76 DE 5 DE NOVEMBRO E PELAS SEGUINTE CLÁUSULAS:

- 1ª

- 1. O MUNICÍPIO, aquando da emissão do Alvará de Loteamento visado pelo Processo de Loteamento nº. 4/2003 e subsequente outorga da escritura de cedências, verá integradas nos seus domínios público e privado as áreas de cedências assinaladas, respectivamente, a verde e a azul, na planta de localização que fica anexa a este Protocolo como **Anexo 1**.

- 2. O MUNICÍPIO compromete-se a, no prazo de 30 (trinta) dias após a emissão do Alvará de Loteamento referido no número anterior, submeter à Assembleia Municipal proposta para a desafecção das áreas assinaladas a verde, na planta constante do **Anexo 1**, do seu domínio público, integrando-as no seu domínio privado.

- 2ª

- 1. Pelo presente Protocolo e sujeito à verificação dos pressupostos da efectiva emissão do Alvará de Loteamento referido no artigo anterior e de aprovação da desafecção de áreas de cedência do seu domínio público, por parte da Assembleia Municipal, o MUNICÍPIO promete vender à DURIDS na qualidade de gestora dos negócios Imobiliários da TRONCADIS, e por esta designada para esse efeito, que promete comprar, os imóveis a constituir com as áreas identificadas na Cláusula 1ª, inteiramente livres de quaisquer ónus, encargos ou outras responsabilidades.

- 2. A venda prometida no número anterior será efectuada ao abrigo do disposto nos artºs. 2º, nº 1 b) e 5º do Decreto-Lei nº 794/76, de 05/11 e nos termos da deliberação tomada na reunião da Câmara Municipal do Entroncamento de 04/07/2005.

- 3ª

- 1. O preço da compra e venda ora prometida será de 750 000.00 (setecentos e cinquenta mil euros), acrescido de IVA, que a DURIDS pagará por meio da execução dos trabalhos correspondentes à preparação e colocação de relvados sintéticos, destinados à prática do futebol, nos dois campos situados no Parque Desportivo do Bonito, no Entroncamento, bem como os de instalação de um posto de transformação de energia eléctrica para a iluminação dos mesmos campos.
  - 2. A execução dos trabalhos referidos no número anterior observará todas as normas legais e regulamentares aplicáveis e as correspondentes características técnicas, quantidades de trabalhos e níveis de qualidade dos mesmos serão definidos de modo que o valor global dos trabalhos a executar pela DURIDS seja compatível com o valor do preço de compra e venda fixado no número anterior.
  - 3. Para os efeitos previstos no número anterior, a DURIDS elaborará e submeterá à aprovação do MUNICIPIO, um caderno de encargos, mapa de medições e orçamento respeitante aos trabalhos a executar, o qual será anexado ao presente Protocolo depois de aprovado por ambas as Partes.
  - 4. Os trabalhos a que se refere a presente Cláusula deverão mostrar-se executados na data da outorga da escritura pública de compra e venda ora prometida.
- 4ª
- 1 – A escritura pública de compra e venda será outorgada no prazo de 3 (três) meses contados da data da deliberação da Assembleia Municipal do Entroncamento referida no número 2 da Cláusula 1ª deste protocolo, em dia, hora e Cartório Notarial que o MUNICIPIO comunicará à DURIDS, com a antecedência mínima de 10 dias úteis, por meio de carta registada com aviso de recepção.
  - 2 – Todos os encargos fiscais ou parafiscais resultantes da assinatura do presente Protocolo e da outorga da escritura pública prometida, designadamente o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e os emolumentos notariais e registrais, serão suportados pela DURIDS, se e quando forem legal ou convencionalmente devidos.
- 5ª
- Todas as comunicações entre as Partes, relativas ao presente Protocolo ou à escritura pública ora prometida, deverão ser feitas por carta registada com aviso de recepção, endereçadas para os domicílios respectivamente indicados no preâmbulo do presente Protocolo, salvo prévia indicação de outro domicílio pelo destinatário, a fazer também pela forma aqui estipulada.
- 6ª
- Para a resolução de qualquer litígio emergente da interpretação, integração ou execução do presente Protocolo, as Partes atribuem competência exclusiva ao foro da Comarca do Entroncamento, com expressa renúncia a qualquer outro.
- Feito em dois exemplares, entregue um a cada uma das Partes, no Entroncamento, ao 22 de Agosto de 2005.”
- O Exmo. Presidente colocou o assunto à votação, tendo o presente protocolo sido aprovado, por maioria, com 4 votos a favor dos Vereadores Srs. Valente de Almeida, Neves da Severina, Vice-Presidente Luís Boavida e Exmo. Presidente e um voto contra do Vereador Sr. Henrique Leal, que apresentou a seguinte declaração de voto:
    - “Tenho sérias dúvidas sobre a legalidade do que se pretende protocolar. Mesmo assim, partindo do pressuposto que tudo está conforme a lei – circunstância que deveria ser clarificada - parece-me um processo pouco linear e muito discutível.

- Se a Câmara do Entroncamento recebe para o domínio público um terreno com área de cedência de um loteamento é suposto tal terreno estar indisponível para qualquer outro fim que não o de infra-estruturas públicas.
- Alienando-o para alargamento da área comercial não altera a relação dos índices de ocupação previstos no loteamento e regulamentados pelo PDM?
- Por outro lado, como é que se faz uma venda directa de um bem cujo valor se aproxima de um milhão de euros?
- Pior do que isso foi a fórmula encontrada para o pagamento: é legal ficar este dinheiro consignado para o arrelvamento artificial de dois campos de futebol?
- E o orçamento para esse projecto faz-se a olho? Ou ajusta-se o projecto à medida do orçamento? E adjudica-se directamente, como?
- Finalmente discordo dos considerandos em que se fundamenta este protocolo, nomeadamente o do reconhecimento do interesse público concelhio como é referido na alínea A).
- Por isso voto contra.”
- Mais deliberou remeter à Assembleia Municipal nos termos da Lei nº 169/99, de 18/09 alterada pela Lei nº 5 – A/2002, de 11 de Janeiro.
- Deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROCº DE OBRAS Nº144/03 – CARLOS MANUEL DAS DORES TAVARES E OUTRO

- Presente o processo de obras número 144/03, em nome de Carlos Manuel das Dores Tavares e Outro, referente à construção de um edifício na Rua do Forno do Grilo, nesta Cidade, acompanhado de uma petição do requerente a solicitar ao abrigo do Dec.-Lei nº 555/99 de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Dec.-Lei nº 177/01 de 4 de Junho, que lhe seja considerada a área de 229,00 m2 para cedência para equipamento e zonas de utilização colectiva, resultante do terreno a ceder à Câmara para passeios, conforme desenho que junta.
- Para o efeito a D.A.U.O.P., emitiu a seguinte informação:
- «Apresenta o requerente um pedido de rectificação de áreas não cedidas para equipamentos e zonas verdes, pelo facto de se ter exigido que o edifício alinhasse pelo confinante a sul, obrigando a que o passeio varie entre os três e os dez metros.
- Tem sido aceite nos loteamentos que as áreas cedidas para além das legalmente exigidas, sejam consideradas para efeitos de cedência para equipamentos e zonas verdes.
- Caso a Exma Câmara aceite a área de 229,00 m2 como cedência, o cálculo das taxas irá ser alterado conforme previsto no RMUE.»
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o pedido de acordo com a informação da D.A.U.O.P.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROCº DE OBRAS Nº153/04 – ANA ISABEL ANTUNES BARATA MARTINS

- Presente o processo de obras número 153/04, em nome de Ana Isabel Antunes Barata Martins, referente à ampliação de uma moradia na Rua Condessa de Murça, número 29, nesta Cidade, conforme o projecto que junta.
- Ouvida a D.A.U.O.P., emitiu, esta a seguinte informação:
- «Verifica-se que o projecto de estabilidade prevê a demolição de grande parte da construção a nível do gaveto, pelo que conforme informação destes Serviços e deliberação camarária, deverá a requerente ser notificada a proceder à alteração do projecto, prevendo um recuo do lado da Rua Condessa de Murça e no gaveto.»
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, proceder de acordo com o parecer da D.A.U.O.P.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.
- NESTA ALTURA, AUSENTOU-SE DA REUNIÃO O VICE-PRESIDENTE LUÍS BOAVIDA.

PROCº DE OBRAS Nº94/05 – LUIS FILIPE MESQUITA BOAVIDA

- Presente o processo de obras número 94/05, em nome de Luís Filipe Mesquita Boavida, referente às alterações de uma moradia na Rua Dr. Rui de Andrade, número 52, nesta Cidade, conforme o projecto que junta.
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo com o parecer da D.A.U.O.P., emitido em 10/08/2005.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROCº DE OBRAS Nº102/01 – CONSTRUÇÕES RODRIGUES E M. VIEIRA, LDA

- Presente o processo de obras número 102/01, em nome de Construções Rodrigues e M. Vieira, Lda, referente às alterações que pretende introduzir na construção de um edifício no Gaveto das Ruas Padre Martinho Mourão e Detrás das Garagens, nesta Cidade, no seguimento do deferimento do projecto de arquitectura e aprovação dos projectos das especialidades pelas entidades intervenientes.
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo com o parecer da D.A.U.O.P., emitido em 10/08/2005.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PAGAMENTOS

PAGAMENTOS

- A Câmara deliberou autorizar os pagamentos no valor total de 542.474,96 € (quinhentos e quarenta e dois mil quatrocentos e setenta e quatro euros e noventa e seis cêntimos), referente às autorizações de pagamento números 4893 ao 5084.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

- E nada mais havendo a tratar o Excelentíssimo Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.
- E eu, _____, Chefe de Secção da Divisão Administrativa, a redigi, subscrevo e vou assinar, juntamente com o Excelentíssimo Presidente e Vereadores presentes.